



REDE
TEMPO
BRASIL



Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

Proposta de formação continuada para professores de História do ensino fundamental de Estância/SE – notas de uma pesquisa em construção

Leila Angélica O M de Andrade^I

Para nossa investigação, começamos por um levantamento no banco de teses do ProfHistória com o objetivo de perceber quais linhas orientam as pesquisas no âmbito do Mestrado Profissional. A partir daí, construímos um quadro sintético com informações (objetivos propostos, teóricos estudados, temáticas abordadas, produto) que nos são essenciais para os caminhos que seguimos na construção do nosso produto para o mestrado. Deparamo-nos com aspectos legais e pedagógicos acerca do que é formação continuada na educação básica que nos deram suporte para apresentar uma proposta para professores de história no ensino fundamental, anos finais, no município de Estância/SE, mas que também pode ser desenvolvida em qualquer outro espaço que, porventura, encontre a necessidade de debate sobre aprendizagem histórica, tema gerador do nosso produto do Mestrado.

A Formação Continuada é aqui entendida como um direito, algo importante tanto para o professor quanto para o estudante. Identificamos que o conceito de formação continuada só entrou em vigor em 1996, quando foi implementada a lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9304/96, ressaltando os seguintes aspectos do profissional: a formação, a profissão, a avaliação e as aptidões que lhe cabem.

Existem outros documentos oficiais de políticas públicas sobre formação continuada, como o Plano Nacional de Educação^{II} que estabelece o fomento, a ampliação de oferta e o estímulo a formação continuada de professores e demais profissionais da educação; a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, criada em 2004, cujo papel é coordenar o desenvolvimento do programa, que é implementado por adesão, em regime de colaboração, pelos estados, municípios e Distrito Federal; e a Base Nacional Comum Curricular que deve contribuir para a coordenação nacional no tocante ao devido alinhamento das políticas e ações educacional, em especial à política para formação inicial e continuada de professores, entendida como componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da instituição educativa e considerar os diferentes saberes e a experiência docente, bem como o projeto pedagógico da instituição de educação básica na qual atua o docente.

Entre os estudos que analisamos a partir da temática da formação continuada e as questões ideológicas que perpassam sua construção, temos o de Frigotto e Ciavatta^{III} que confirmam que os organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) passam a ter o papel de tutoriar as reformas dos Estados nacionais, mormente dos países do capitalismo periférico e semi periférico.

No plano jurídico-econômico, a Organização Mundial do Comércio (OMC) vai tecendo uma legislação cujo poder transcende o domínio das mega-corporações e empresas transnacionais. A OMC, em 2000, sinalizou para o mercado que um dos espaços mais fecundos para negócios rentáveis era o campo educacional, fundamentada no argumento neoliberal da ineficácia dos serviços públicos e da necessidade da redução do papel do Estado no financiamento das políticas sociais e educacionais^{IV}.

Segundo Freitas^V, as políticas educacionais, principalmente no campo da formação de

PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DE HISTÓRIA DO
ENSINO FUNDAMENTAL DE ESTÂNCIA/SE – NOTAS DE UMA PESQUISA EM
CONSTRUÇÃO

ANDRADE, L. A. O. M.

professores em nosso país, situam-se nos marcos das reformas educativas que se desenvolveram nos países da América Latina desde o final da década de 1970, em rebate à crise de acumulação do capitalismo e têm como objetivo adequar o sistema educacional ao processo de reestruturação produtiva e aos novos rumos do Estado.

Para Bernadete Gatti^{VI}, com a qual é possível perceber, em comum, nos documentos citados, a ideia de aprontar os professores para forjar as novas gerações para a “nova” economia mundial, a escola e os professores não estão preparados para isso. Ainda segundo Gatti, variadas ações estão interligadas ao termo “*formação continuada*”, como: cursos estruturados, horas de trabalho coletivo na escola, reuniões pedagógicas, congressos, seminários, relações profissionais virtuais, dentre outros.

Diante do exposto, a complexidade de fatores que permeiam a questão da formação continuada está relacionada ao desenvolvimento da escola, do ensino, do currículo e da profissão docente. É importante compreender que, para além da aprendizagem do assunto a ser dado em sala de aula, a formação de professores traz consigo aspectos relevantes que forjam o ser professor. Como afirma Sacristán^{VII}, “o debate em torno do professorado é um dos polos de referência do pensamento sobre a educação, objeto obrigatório da investigação educativa e pedra angular dos processos de reforma dos sistemas educativos.”^{VIII}

A formação com destaque nos professores e seus saberes considera e valoriza o conhecimento e a experiência profissional como *locus* da prática educativa, tendo o professor como sujeito inserido num debate para além do seu campo de atuação. Esse aspecto faz-nos refletir acerca das questões que permeiam a profissão docente, uma vez que, em nossa pesquisa e para o desenvolvimento da nossa proposta de formação continuada, consideramos vital conhecer o professor, sua formação básica e como ele se constrói ao longo da sua carreira profissional para que se compreendam as práticas pedagógicas dentro das escolas. Assim, como Nóvoa^{IX}, percebemos que se tornar professor é um processo de longa duração, de novas aprendizagens e sem um fim determinado, na medida em que o desenvolvimento pessoal do professor, o desenvolvimento profissional e de seus saberes e o desenvolvimento organizacional da escola são os três aspectos basilares para o processo de formação do educador.

Portanto, seguiremos na pesquisa com a proposta de alinhar nossa defesa de formação continuada de modo a subverter a lógica empresarial que hoje centraliza nos documentos, orientadores das esferas das políticas públicas, a perspectiva de uma educação voltada a atender aos interesses do capital na redefinição de uma educação balizada na lógica do Estado mínimo e rentabilidade da educação, “engessando” e “empacotando” formações continuadas para atendimento de índices que favoreçam aos investimentos empresariais e desconsideram aspectos basilares já citados no processo de formação não só do professor, mas na construção de uma sociedade justa e de equidade entre e para todos e todas.

Notas

^I Mestranda em Ensino de História pela Universidade Federal de Sergipe. Professora das redes públicas de Sergipe Estadual e Municipal de Estância. Email – laomdaa@gmail.com. Orientador: Itamar Freitas de Oliveira (UFS).

^{II} BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 11 out 2021.

PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DE HISTÓRIA DO
ENSINO FUNDAMENTAL DE ESTÂNCIA/SE – NOTAS DE UMA PESQUISA EM
CONSTRUÇÃO

ANDRADE, L. A. O. M.

^{III} FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, nº 82, p. 93 – 130, abril, 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

^{IV} CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Política de financiamento da pesquisa no Brasil e no Pará**. 32ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2009.

^V FREITAS, Helena Costa Lopes de. Novas Políticas de Formação: da concepção negada à concepção consentida. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **Trajatórias e Perspectivas da Formação de Educadores**. São Paulo: Editora UNESP, 2004

^{VI} GATTI, Bernadete Angelina. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 57- 70 abr. 2008

^{VII} SACRISTÁN, J.G. Poderes instáveis em educação. Porto Alegre: Artmed, 1999.

^{VIII} SACRISTÁN, J.G. Poderes instáveis em educação. Porto Alegre: Artmed, 1999, p.64

^{IX} NOVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei nº9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional- Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB. 1996b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm> Acesso em 14 jun. 2021.

BRASIL. **Lei Federal 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 11 out 2021.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Política de financiamento da pesquisa no Brasil e no Pará**. 32ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2009.

DACAR. **Relatório da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <http://www.unesdoc.unesco.org>. Acesso em 14 mar. 2011.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Novas Políticas de Formação: da concepção negada à concepção consentida. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **Trajatórias e Perspectivas da Formação de Educadores**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, nº 82, p. 93 – 130, abril, 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

GATTI, Bernadete Angelina. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 57- 70 abr. 2008.

NOVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf

SACRISTÁN, J.G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.